



ACÓRDÃO Nº452/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11508/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Marã.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Marcilon Castro Moraes (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Posui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1772/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Marã. Exercício de 2017.

Revelia. Irregularidade. Alcance. Multa.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel o Sr. Marcilon Castro Moraes**, presidente da Câmara de Marã e Ordenador de Despesas, exercício de 2017, nos termos do art. 20, §4º, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM n.º 04/2002, por não apresentar razões de defesa no prazo regimental, deixando de atender à Notificação deste Tribunal;
- 10.2. **Julgar irregular a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Marã**, referente ao exercício de 2017, sob a responsabilidade do **Sr. Marcilon Castro Moraes**, presidente da Câmara e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas n.º 2.423/96, c/c o art. 11, inciso III, alínea "a", item 2, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas expostas na fundamentação do Voto;
- 10.3. **Considerar em Alcance o Sr. Marcilon Castro Moraes**, presidente da Câmara de Marã e Ordenador de Despesas, exercício de 2017, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e nove mil, duzentos e sessenta e dois reais, oitenta e três centavos), nos termos do art. 304, I, da Resolução n.º 04/02-TCE/AM, pela manutenção de valores na conta caixa e pela



ACÓRDÃO Nº452/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

não apresentação das concessões de diárias (itens 4 e 12 da fundamentação do Voto). O valor deve ser recolhido na Esfera Municipal para o Órgão Prefeitura Municipal de Marã, no prazo de 30 dias aos cofres municipais, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Marcilon Castro Moraes**, presidente da Câmara Municipal de Marã e Ordenador de Despesas, exercício de 2017, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 4/2018-TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, dos itens 1 a 12 da fundamentação do voto. O valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 5 de Junho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral